Direito Constitucional – Legística e Processo Legislativo

Mestrado Científico

Ano letivo 2026/2027

1. Unidade Curricular

Direito Constitucional – Legística e Processo Legislativo

2. Docente



João Tiago Silveira

joaotiagosilveira@fd.ulisboa.pt

João Tiago Silveira é doutorado em Direito e professor na Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, onde leciona disciplinas e cursos na área do Direito Administrativo, Contencioso Administrativo, Direito do Urbanismo e Direito Constitucional/Ciência da Legislação e Legística. É Presidente do Instituto de Ciências Jurídico-Políticas da Faculdade de Direito de Lisboa, investigador do Centro de Investigação de Direito Público na mesma Faculdade e co-Presidente da *International Association of Legislation.*

É árbitro-presidente nos tribunais arbitrais do Conselho Económico e Social e árbitro do Centro de Arbitragem Administrativa.

Foi sócio da sociedade de advogados Morais Leitão, Galvão Teles, Soares da Silva & Associados, onde coordenou o Departamento de Direito Público, Urbanismo e Ambiente e é responsável pela rede internacional de escritórios ML Legal Circle.

Desempenhou vários altos cargos públicos, entre os quais os de Secretário de Estado da Justiça, Secretário de Estado da Presidência do Conselho de Ministros e Diretor do Gabinete de Política Legislativa e Planeamento do Ministério da Justiça. Nessas funções concebeu e executou iniciativas nas áreas da simplificação dos registos, notariado e propriedade industrial, utilização das novas tecnologias nos tribunais, *better regulation*, reabilitação urbana, resolução alternativa de litígios e reforma do Contencioso Administrativo.

Foi ainda Coordenador do Grupo de Trabalho para a Simplificação Administrativa e Redução dos Custos de Contexto na Vida das Empresas.

João Tiago Silveira tem obra publicada e efetua habitualmente intervenções em colóquios e conferências nas áreas do Direito Administrativo, Contencioso Administrativo, Direito do Ambiente, Simplificação Administrativa e processual, *better regulation* e legística.

3. Tema: Legística e Processo Legislativo

Nesta disciplina de Direito Constitucional pretende-se estudar a Legística, ou seja, como produzir atos normativos (leis e regulamentos) com elevados padrões de qualidade. Será focada, tanto a "legística material" (metodologia e processo para uma produção legislativa/normativa com qualidade), como a "legística formal" (como redigir leis e regulamentos do ponto de vista do seu texto).

Serão abordadas matérias como, por exemplo, i) o sistema de atos normativos, ii) o processo legislativo no Parlamento e no Governo, iii) os passos metodológicos para a elaboração das leis e regulamentos, iv) processos de consulta e participação de *stakeholders*, v) avaliação de impacto legislativo, vi) políticas de *better regulation*, vii) perspetivas quantitativas sobre a produção de leis e regulamentos, viii) regras para a redação de leis e regulamentos e ix) clareza legislativa.

Prretende-se que esta disciplina de Legística e Processo Legislativo seja abordada de forma a explorar as mais modernas linhas e tendências, nos planos nacional e internacional, cativando o interesse de alunos de várias nacionalidades e jurisdições. Sempre que possível, será adotada uma perspetiva comparada, abrangendo não apenas o sistema português, como também a União Europeia, os restantes países de língua oficial portuguesa e apontamentos sobre os sistemas da *Commonwealth* e dos Estados Unidos da América.

Durante o período desta disciplina, os alunos serão convidados a participar nas reuniões periódicas e atividades do projeto de legística do *Lisbon Public Law Research Centre*, atualmente centrado em matérias de clareza legislativa.

Os alunos serão também incentivados a realizar trabalhos no contexto *da International Association of Legislation*, os quais poderão vir a ser publicitados no respetivo website (IAL – International Association of Legislation).

4. Programação das aulas

As sessões serão desenvolvidas de acordo com a seguinte programação, sem prejuízo das adaptações que se revelem necessárias, nomeadamente face ao número de alunos:

- **1.ª a 6.ª sessão:** caracterização geral das matérias da legística, apresentadas pelo docente, incluindo:
  - O sistema de atos normativos
  - O processo legislativo no Parlamento e no Governo
  - Legística material: Os passos metodológicos para a elaboração das leis e regulamentos
  - Legística material: processos de consulta e participação de *stakeholders*,
  - Legística material: avaliação de impacto legislativo
  - Políticas de *better regulation*
  - Regras para a redação de leis e regulamentos
  - Clareza legislativa.

- **6.ª a 10.ª sessão:** apresentação, por alunos que não tenham nacionalidade portuguesa, dos sistemas de atos normativos e regras de legística formal das suas jurisdições.
- **11.ª a 16.ª sessão:** apresentação, por docentes convidados (nacionais e estrangeiros), de temas específicos como, por exemplo:
  - Processo legislativo no Parlamento
  - Perspetivas quantitativas sobre a produção normativa
  - Avaliação de impacto legislativo
  - Redação legislativa comparada nos países e regiões de língua oficial portuguesa

- Problemas específicos de legística noutras juridições
- Etc

- **17.ª sessão:** sessão destinada à escolha, pelos alunos em diálogo com o professor, dos temas que abordarão nos respetivos relatórios.
- **18.ª sessão e seguintes:** apresentação de temas escolhidos e estudados pelos alunos. Cada aluno poderá utilizar a sessão que lhe está destinada da forma que entender melhor para explorar o tema que escolheu, o que poderá envolver a apresentação do seu tema, a discussão sobre pontos específicos da sua investigação, a participação de convidados, etc.

Em todas as sessões será promovido o debate e a discussão ativa dos temas em causa entre os docentes e os alunos.
O número de sessões alocadas a cada tema poderá sofrer ajustes, em função da dinâmica das mesmas e do especial interesse manifestado pelos alunos em detalhar algum tema.

5. Avaliação

A nota a atribuir depende dos seguintes dois fatores:

- 50%: Relatório escrito sobre tema específico, escolhido pelo aluno;
- 50%: Outros elementos resultantes da participação ao longo do ano (participação nas aulas, trabalhos escritos realizados, apresentações, etc)

Bibliografia

1. Bergeal, Catherine – Manuel de légistique, 9. Ed, Berger-Levrault, 2022.
2. Bergeal, Catherine – Savoir rediger un texte normative, 4.e ed., Berger-Levrault, 2001.
3. Caldas, André Moz - La rationalisation de la loi dans le domaine du développement durable : une contribution de légistique matérielle" (dissertação de doutoramento não publicada).
4. Duarte, David (em co-autoria) – Legística, Perspectivas sobre a Concepção e Redacção de Actos Normativos, Gabinete de Política Legislative e de Planeamento do Ministério da Justiça, Almedina, 2002.
5. Dunlop, Claire A./Radaelli, Claudio – Better Regulation in the European Union, The Handbook of Regulatory Authorities (eds. Martino Maggetti/Fabrizio Di Mascio/Alessandro Natalini), Edward Elgar, 2022.
6. Figueiredo, José Miguel (em co-autoria) – Manual de Legística Formal, CREDDM, Macau, 2015.
7. Greenberg, Daniel – Laying Down the Law, A discussion of the people, processes and problemas that shape act of parliament, 1st ed., Sweet & Maxwell, 2011.
8. Greenberg, Daniel – Craies on Legislation, 10th Ed., Sweet & Maxwell.
9. Durant, Alan/Leung, Janny H.C. – Language and Law, A resource book for students, Routledge, 2016.
10. Mcleod, Ian – Principles of Legislative and Regulatory Drafting, Hart, 2009.
11. Morais, Carlos Blanco – Guida de Avaliação de Impacto Normativo, Direção Geral de Política de Justiça do Ministério da Justiça, Almedina, 2010.
12. Morais, Carlos Blanco de – Manual de Legística, Critérios Científicos e Técnicos para Legislar Melhor, Verbo, 2007.
13. Pereira, Diogo Esteves – Manual de legística: teoria e prática, JusPodium, 2026.
14. Silveira, João Tiago - "O papel do CPA na simplificação administrativa", Revista de Direito Administrativo, número especial 6 (novembro 2025), AAFDL, Lisboa.
15. Silveira, João Tiago - "A simplificação administrativa no CPA", Comentários ao Código do Procedimento Administrativo (coordenação de Carla Amado Gomes, Ana Fernanda Neves e Tiago Serrão), Vol. I, 6.ª ed. (2023), Vol. I, 5.ª ed. (2020), Vol. I, 4.ª ed., (2018), Vol. I, 3.ª ed. (2016) e 2.ª ed. (2015), AAFDL, Lisboa.

16. Silveira, João Tiago - "*The Simplification of Procedures in Portuguese Administrative Law*" (em co-autoria), Administrative Sciences, MDPI, 2022, 12 (1), 9.
17. Silveira, João Tiago - "As regras de legística formal na lusofonia: uma visão comparada" (em co-autoria), E-pública: Revista Eletrónica de Direito Público, Volume 8, n.º 1, 2021 (http://e-publica.pt).
18. Silveira, João Tiago - "*Legislation in Portugal*", Legislation in Europe, a Country by country guide (eds. Ulrich Karpen, Helen Xanthaki), Hart, 2020.
19. Silveira, João Tiago - "Técnicas Inovadoras na Avaliação Legislativa", Legística - Estudos em Homenagem ao Professor Carlos Blanco de Morais (coordenação de Camila Marins, Ieda Pires e Maria Nazaré Barbosa), Almedina, 2020.
20. Silveira, João Tiago - "*Legislative drafting tools preventing arbitrariness in discretionary powers"* (em co-autoria com Diana Ettner), The Theory and Practice of Legislation, volume 7, issue 2, Taylor & Francis online, acessível em https://www.tandfonline.com/, 2020.
21. Silveira, João Tiago - "*Lawmaking in Multi-level settings, Legislative Challenges in Federal Systems and the European Union*" (co-editor), International Association of Legislation volume 18, Hart, Nomos, 2019.
22. Silveira, João Tiago - "Problemas habituais de legística na preparação e redação de leis e regulamentos", E-pública: Revista Eletrónica de Direito Público, Volume 5, n.º 3, 2018 (http://e-publica.pt).
23. Silveira, João Tiago - "*Streamlining the Governmental legislative procedure*", Innovation of Legislative Process, Proceedings of the 11th Congress of the International Association of Legislation (IAL) in Seoul, KLRI and IAL, 2018.
24. Silveira, João Tiago - "Custos de contexto e legislação ambiental" (em co-autoria com Diana Ettner), Indústria & Ambiente, Revista de Informação Técnica e Científica, n.º 113 (novembro/dezembro 2018).
25. Silveira, João Tiago - "Seis considerações em torno do Licenciamento Ambiental" (em co-autoria com Diana Ettner), Boletim da Ordem dos Advogados de 16 de outubro de 2018, acessível em http://ordemdosadvogados.impresa.pt/oa-16/destaque---opiniao.
26. Silveira, João Tiago - "*Two tools for improving the quality of legislation: the use of plain language and the use of legislative assessment*", 2017 KLRI-IAL International Conference, KLRI-IAL, Seul, 2017.

27. Silveira, João Tiago - "*Portuguese Trends on Better Regulation*", Journal of Legislative Evaluation, no. 10-1 (2016), Korea Legislation Research Institute.
28. Silveira, João Tiago - "Programas de *Better Regulation* em Portugal: o SIMPLEGIS" (em co-autoria com Diana Ettner), E-pública: Revista Eletrónica de Direito Público, Volume 1, n.º 1, 2014 (http://e-publica.pt).
29. Strokoff, Sandra L./Filson, Lawrence E. – The legislative drafter's desk reference, Best practice in drafting federal and state laws and regulations, 3rd. ed., Sunwater Institute, 2024.
30. Williams, Christopher – The impact of Plain Language on Legal English in the United Kingdom, Routledge, 2023.
31. Xanthaki, Helen – Legislative Drafting for the EU, Transposition techniques as a roadmap for better legislation and a sustainable EU, Edward Elgar, 2024.
32. Xanthaki, Helen – Drafting Legislation, Art and Technology of Rules for Regulation, Hart, 2014.
33. Xanthaki, Helen – Thornton's Legislative Drafting, 5th ed., Bloomsbury, 2013.
34. Zander, Michael – The law-making process, 7th ed., Bloomsbury, 2015.
35. Vários autores – Language for Legislation and Legislation Through Language (eds. Tímea Drinóczi, Giulia Pennisi and Helen Xanthaki), Rouledge, 2026.
36. Vários autores – Legística, Estudos em Homenagem ao Professor Carlos Blanco de Morais (coordenação de Maria Nazaré Lins Barbosa, Camila Morais Garcez Marins e Leda Ferreira Pires), Almedina, 2020.
37. Vários autores – Obscurity and Clarity in the Law, Prospects and Challenges (eds. Anne Wagner and Sophie Cacciaguidi-Fahy), Routledge, 2008.
38. Vários autores – Professional Legislative Drafters, Status, Role, Education (eds. Uhlmann, Felix/Höfler, Stefan), DIKE, 2016.
39. Vários autores – Drafting Legislation, A modern approach (eds. Constantin Stefanou/Helen Xanthaki), Routledge, 2016.
40. Vários autores – Lawmaking in Multi-Level Settings, Legislative Challenges in Fedeeral Systems and the European Union (eds. Popelier, Xanthaki, Robinson, Silveira and Uhlmann), Hart/Nomos, 2019.
41. Vários autores – Quality of Legislation, Principles and Instruments, Proceedings of the Ninth Congress of the International Association of Legislation in Lisbon (eds. Luzius Mader/Marta Tavares de Almeida), June 24th-25th, 2010, Nomos.
42. Revistas:

a. Revista Legislação, Cadernos de Ciência da Legislação, INA.
b. The Theory and Practice of Legislation: The Theory and Practice of Legislation | Journal | Taylor & Francis Online
c. Statute Law Review: Statute Law Review | Oxford Academic
d. The Clarity Journal: The Clarity Journal – Clarity

Constitutional Law – Legíslative drafting and Law-Making

Mestrado Científico

Ano letivo 2026/2027

1. Course

Constitutional Law – Legíslative Drafting and Law-Making

2. Professor



João Tiago Silveira

joaotiagosilveira@fd.ulisboa.pt

João Tiago Silveira holds a PhD in Administrative Law and is a professor at the Faculty of Law of the University of Lisbon/*Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa*, where he teaches courses in Administrative Law, Administrative Litigation, Urban Planning Law, and Legislative Drafting. He is President of the Institute of Legal and Political Sciences/*Instituto de Ciências Jurídico-Políticas* at the Faculty of Law of Lisbon, a researcher at the Lisbon Public Law Research Center at the same Faculty, and co-President of the International Association of Legislation.

He is the presiding arbitrator in the arbitration courts of the Economic and Social Council and an arbitrator at the Administrative Arbitration Center.

He was a partner at the law firm Morais Leitão, Galvão Teles, Soares da Silva & Associados, where he coordinated the Public Law, Urban Planning and Environment Department and was responsible for the international network of law firms ML Legal Circle.

João Tiago Silveira has held several high-ranking public positions, including Secretary of State for Justice, Secretary of State of the Presidency of the Council of Ministers, and

Director of the Legislative Policy and Planning Office of the Ministry of Justice. In these roles, he conceived and implemented initiatives in the areas of better regulation and better law-making, simplification of registrations, notary services and industrial property, use of new technologies in the courts, improved regulation, urban rehabilitation, alternative dispute resolution and reform of Administrative Litigation.

He was also Coordinator of the Working Group for Administrative Simplification and Reduction of Context Costs in the Life of Companies.

João Tiago Silveira has published several articles and frequently participates in courses and conferences in the areas of Administrative Law, Administrative Litigation, Environmental Law, Administrative and Procedural Simplification, better regulation and legislative drafting.

3. Subject: Legíslative Drafting and Law-Making

This Constitutional Law course aims to study Legislative Drafting and Law-Making, that is, how to produce normative acts (laws and regulations) with high-quality standards. It will focus on both "material legistics" (the methodology and processes for the quality production of legislation and norms) and "formal legistics" (how to draft laws and regulations from the perspective of their text).

Topics will include, for example, i) the system of normative acts, ii) the legislative process in Parliament and Government, iii) methodological steps for drafting laws and regulations, iv) processes of consultation and participation of stakeholders, v) legislative impact assessment, vi) policies for better regulation, vii) quantitative perspectives on the production of laws and regulations, viii) rules for drafting laws and regulations, and ix) legislative processes.

This course on Legislative Drafting and Process aims to explore the latest trends and approaches, both nationally and internationally, and to captivate the interest of students from various nationalities and jurisdictions. Whenever possible, a comparative perspective will be adopted, encompassing not only the Portuguese system but also the European Union, other Portuguese-speaking countries, and notes on the Commonwealth and United States systems.

During this course, students will be invited to participate in the periodic meetings and activities of the Legislative Drafting project of the Lisbon Center for Public Law Studies,

currently focused on legislative clarification issues. Students will also be encouraged to carry out work within the framework of the International Association of Legislation, which may be published on its website (IAL – International Association of Legislation).

4. Class Schedule

The sessions will be developed according to the following schedule, without prejudice to any necessary adaptations, especially regarding the number of students:

- **Sessions 1 to 6:** general characterisation of the subjects of legislative drafting, presented by the professor, including:
  - The system of normative acts
  - The legislative process in Parliament and the Government
  - The methodological steps for the drafting of laws and regulations
  - Consultation processes and stakeholder participation
  - Legislative impact assessment
  - Policies for better regulation
  - Rules for drafting laws and regulations
  - Legislative clarity

- **Sessions 6 to 10:** presentation, by students who do not have Portuguese nationality, of the systems of normative acts and rules of formal legislative drafting of their jurisdictions.
- **Sessions 11 to 16:** Presentation, by guest professors (national and international), of specific topics such as:
  - Legislative process in Parliament
  - Quantitative perspectives on normative production
  - Legislative impact assessment
  - Comparative legislative drafting in Portuguese-speaking countries and regions
  - Specific problems of legislative drafting in other jurisdictions
  - Etc.
- **Session 17:** Session dedicated to the selection, by students in dialogue with the professor, of the topics they will address in their respective reports.

- **Sessions 18 and following:** Presentation of topics chosen and studied by the students. Each student may use their assigned session in the way they deem best to explore their chosen topic, which may involve presenting their topic, discussing specific points of their research, the participation of guests, etc.

In all sessions, debate and active discussion of the topics in question will be promoted between professors and students.

The number of sessions dedicated to each topic may be adjusted, depending on the dynamics of the sessions and the particular interest shown by the students in exploring a particular topic in detail.

5. Evaluation

The grade depends on the following two factors:

- 50%: Written report on a specific topic chosen by the student;
- 50%: Other elements resulting from participation throughout the year (class attendance, written assignments, presentations, etc.)

Bibliography

1. Bergeal, Catherine – Manuel de légistique, 9. Ed, Berger-Levrault, 2022.
2. Bergeal, Catherine – Savoir rediger un texte normative, 4.e ed., Berger-Levrault, 2001.
3. Caldas, André Moz - La rationalisation de la loi dans le domaine du développement durable : une contribution de légistique matérielle" (dissertação de doutoramento não publicada).
4. Duarte, David (em co-autoria) – Legística, Perspectivas sobre a Concepção e Redacção de Actos Normativos, Gabinete de Política Legislative e de Planeamento do Ministério da Justiça, Almedina, 2002.
5. Dunlop, Claire A./Radaelli, Claudio – Better Regulation in the European Union, The Handbook of Regulatory Authorities (eds. Martino Maggetti/Fabrizio Di Mascio/Alessandro Natalini), Edward Elgar, 2022.
6. Figueiredo, José Miguel (em co-autoria) – Manual de Legística Formal, CREDDM, Macau, 2015.
7. Greenberg, Daniel – Laying Down the Law, A discussion of the people, processes and problemas that shape act of parliament, 1st ed., Sweet & Maxwell, 2011.
8. Greenberg, Daniel – Craies on Legislation, 10th Ed., Sweet & Maxwell.
9. Durant, Alan/Leung, Janny H.C. – Language and Law, A resource book for students, Routledge, 2016.
10. Mcleod, Ian – Principles of Legislative and Regulatory Drafting, Hart, 2009.
11. Morais, Carlos Blanco – Guida de Avaliação de Impacto Normativo, Direção Geral de Política de Justiça do Ministério da Justiça, Almedina, 2010.
12. Morais, Carlos Blanco de – Manual de Legística, Critérios Científicos e Técnicos para Legislar Melhor, Verbo, 2007.
13. Pereira, Diogo Esteves – Manual de legística: teoria e prática, JusPodium, 2026.
14. Silveira, João Tiago - "O papel do CPA na simplificação administrativa", Revista de Direito Administrativo, número especial 6 (novembro 2025), AAFDL, Lisboa.
15. Silveira, João Tiago - "A simplificação administrativa no CPA", Comentários ao Código do Procedimento Administrativo (coordenação de Carla Amado Gomes, Ana Fernanda Neves e Tiago Serrão), Vol. I, 6.ª ed. (2023), Vol. I, 5.ª ed. (2020), Vol. I, 4.ª ed., (2018), Vol. I, 3.ª ed. (2016) e 2.ª ed. (2015), AAFDL, Lisboa.

16. Silveira, João Tiago - "*The Simplification of Procedures in Portuguese Administrative Law*" (em co-autoria), Administrative Sciences, MDPI, 2022, 12 (1), 9.
17. Silveira, João Tiago - "As regras de legística formal na lusofonia: uma visão comparada" (em co-autoria), E-pública: Revista Eletrónica de Direito Público, Volume 8, n.º 1, 2021 (http://e-publica.pt).
18. Silveira, João Tiago - "*Legislation in Portugal*", Legislation in Europe, a Country by country guide (eds. Ulrich Karpen, Helen Xanthaki), Hart, 2020.
19. Silveira, João Tiago - "Técnicas Inovadoras na Avaliação Legislativa", Legística - Estudos em Homenagem ao Professor Carlos Blanco de Morais (coordenação de Camila Marins, Ieda Pires e Maria Nazaré Barbosa), Almedina, 2020.
20. Silveira, João Tiago - "*Legislative drafting tools preventing arbitrariness in discretionary powers"* (em co-autoria com Diana Ettner), The Theory and Practice of Legislation, volume 7, issue 2, Taylor & Francis online, acessível em https://www.tandfonline.com/, 2020.
21. Silveira, João Tiago - "*Lawmaking in Multi-level settings, Legislative Challenges in Federal Systems and the European Union*" (co-editor), International Association of Legislation volume 18, Hart, Nomos, 2019.
22. Silveira, João Tiago - "Problemas habituais de legística na preparação e redação de leis e regulamentos", E-pública: Revista Eletrónica de Direito Público, Volume 5, n.º 3, 2018 (http://e-publica.pt).
23. Silveira, João Tiago - "*Streamlining the Governmental legislative procedure*", Innovation of Legislative Process, Proceedings of the 11th Congress of the International Association of Legislation (IAL) in Seoul, KLRI and IAL, 2018.
24. Silveira, João Tiago - "Custos de contexto e legislação ambiental" (em co-autoria com Diana Ettner), Indústria & Ambiente, Revista de Informação Técnica e Científica, n.º 113 (novembro/dezembro 2018).
25. Silveira, João Tiago - "Seis considerações em torno do Licenciamento Ambiental" (em co-autoria com Diana Ettner), Boletim da Ordem dos Advogados de 16 de outubro de 2018, acessível em http://ordemdosadvogados.impresa.pt/oa-16/destaque---opiniao.
26. Silveira, João Tiago - "*Two tools for improving the quality of legislation: the use of plain language and the use of legislative assessment*", 2017 KLRI-IAL International Conference, KLRI-IAL, Seul, 2017.

27. Silveira, João Tiago - "*Portuguese Trends on Better Regulation*", Journal of Legislative Evaluation, no. 10-1 (2016), Korea Legislation Research Institute.
28. Silveira, João Tiago - "Programas de *Better Regulation* em Portugal: o SIMPLEGIS" (em co-autoria com Diana Ettner), E-pública: Revista Eletrónica de Direito Público, Volume 1, n.º 1, 2014 (http://e-publica.pt).
29. Strokoff, Sandra L./Filson, Lawrence E. – The legislative drafter's desk reference, Best practice in drafting federal and state laws and regulations, 3rd. ed., Sunwater Institute, 2024.
30. Williams, Christopher – The impact of Plain Language on Legal English in the United Kingdom, Routledge, 2023.
31. Xanthaki, Helen – Legislative Drafting for the EU, Transposition techniques as a roadmap for better legislation and a sustainable EU, Edward Elgar, 2024.
32. Xanthaki, Helen – Drafting Legislation, Art and Technology of Rules for Regulation, Hart, 2014.
33. Xanthaki, Helen – Thornton's Legislative Drafting, 5th ed., Bloomsbury, 2013.
34. Zander, Michael – The law-making process, 7th ed., Bloomsbury, 2015.
35. Vários autores – Language for Legislation and Legislation Through Language (eds. Tímea Drinóczi, Giulia Pennisi and Helen Xanthaki), Rouledge, 2026.
36. Vários autores – Legística, Estudos em Homenagem ao Professor Carlos Blanco de Morais (coordenação de Maria Nazaré Lins Barbosa, Camila Morais Garcez Marins e Leda Ferreira Pires), Almedina, 2020.
37. Vários autores – Obscurity and Clarity in the Law, Prospects and Challenges (eds. Anne Wagner and Sophie Cacciaguidi-Fahy), Routledge, 2008.
38. Vários autores – Professional Legislative Drafters, Status, Role, Education (eds. Uhlmann, Felix/Höfler, Stefan), DIKE, 2016.
39. Vários autores – Drafting Legislation, A modern approach (eds. Constantin Stefanou/Helen Xanthaki), Routledge, 2016.
40. Vários autores – Lawmaking in Multi-Level Settings, Legislative Challenges in Fedeeral Systems and the European Union (eds. Popelier, Xanthaki, Robinson, Silveira and Uhlmann), Hart/Nomos, 2019.
41. Vários autores – Quality of Legislation, Principles and Instruments, Proceedings of the Ninth Congress of the International Association of Legislation in Lisbon (eds. Luzius Mader/Marta Tavares de Almeida), June 24th-25th, 2010, Nomos.
42. Revistas:

a. Revista Legislação, Cadernos de Ciência da Legislação, INA.
b. The Theory and Practice of Legislation: The Theory and Practice of Legislation | Journal | Taylor & Francis Online
c. Statute Law Review: Statute Law Review | Oxford Academic
d. The Clarity Journal: The Clarity Journal – Clarity